

Petição sobre programa de Educação Sexual nas escolas

Exmo Senhor Presidente da República
Exmo Senhor Presidente da Assembleia da República
Exmo Senhor Primeiro-Ministro
Exma Senhora Ministra da Educação
Exmo Senhor Provedor de Justiça
Exmo Senhor Procurador-Geral da República

Os cidadãos abaixo assinados manifestam a sua repulsa pelo conteúdo dos programas de "educação" sexual promovido pelo Ministério da Educação, em colaboração com a Associação para o Planeamento da Família (APF), que foi denunciado no jornal "Expresso" do passado dia 14 de Maio no artigo que se reproduz em anexo, em total oposição à educação que procuram ministrar aos seus filhos.

Estes cidadãos recordam que, conforme Artº 67º, parágrafo 2c, da Constituição da República Portuguesa, compete ao Estado "cooperar com os pais na educação dos filhos" e, portanto, nunca impôr um modelo em oposição aos pais, seus legítimos e naturais primeiros educadores.

Nesse sentido, os cidadãos abaixo assinados, conscientes de que esta situação não foi provocada por este Governo, mas que lhe compete acabar com ela e anular/minimizar os danos por ela causados:

- 1 - Exigem a imediata suspensão deste programa, incluindo as "linhas orientadoras";
- 2 - Exigem uma investigação no seio do Ministério da Educação para responsabilizar os autores e cúmplices deste programa;
- 3 - Exigem a identificação pública e auditoria a todos os programas de colaboração entre o Estado e a APF, incluindo verbas envolvidas e objectivos versus resultados conseguidos, e, caso se verifiquem irregularidades, sejam apuradas responsabilidades;
- 4 - Exigem que sejam identificados os alunos que já foram expostos a este programa, e que o Ministério da Educação apresente um pedido formal de desculpas a cada um dos seus pais.
- 5 - Exigem a criação de uma comissão que inclua as associações de família, nomeadamente associações de pais, oficialmente reconhecidas como tal e que se candidatem a ela pertencerem, para se analisar e conceber, em tempo útil, um programa adequado de educação sexual nas escolas;
6. Exigem a definição da educação sexual como área educativa opcional sendo os seus conteúdos detalhados previamente apresentados aos encarregados de educação e conselho directivo da escola;
7. Exigem uma monitorização muito rigorosa destas acções: avaliação do impacto com um follow up de pelo menos 2 anos lectivos, feita por avaliadores independentes e com os resultados da avaliação tornados públicos.

Uma iniciativa do MOVE – Movimento de Pais (<http://www.move.com.pt>)

Instruções:

- 1 – Imprima esta página com o impresso das assinaturas no verso.
- 2 – Imprima a notícia do “Expresso” que se anexa, para mostrar aos assinantes.
- 3 – Tire fotocópias e distribua.
- 4 – Logo que completada a folha com assinaturas, envie para:

MOVE – Movimento de Pais

Apartado 50003

1700 – 001 Lisboa

= Devolva as folhas completas ou incompletas até 31 de OUTUBRO =

Educação sexual polémica

Alguns manuais escolares, elaborados em consonância com as novas orientações dos Ministérios da Educação e da Saúde, propõem aos professores exercícios para crianças de 10 e 11 anos tais como colorir «partes do corpo que gostam que sejam tocadas».

Outra sugestão é pedir aos alunos que indiquem «manifestações sexuais», dando como exemplos a «manipulação dos órgãos genitais, beijos entre namorados e relação sexual». Estes manuais estão a provocar acesa polémica entre os educadores.

Educação Sexual

Programas sem controlo

EM EXERCÍCIO de 50 minutos, destinado a turmas do 5.º e do 6.º ano, propõe que, durante a aula, os professores ponham os alunos de 10 a 12 anos a pensarem no maior número possível de sinónimos para palavras como testículos, pénis, vagina ou relação sexual. De acordo com os manuais para os professores é «normal e aceitável utilizar expressões consideradas menos adequadas» e que podem mesmo «causar embaraço ou tornar-se desagradáveis». No final, e esgotadas todas as hipóteses, os estudantes devem afixar num «placard» o resultado deste trabalho.

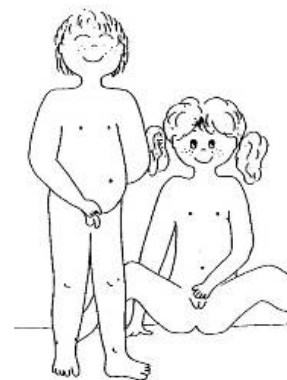
Este é um dos exemplos das tarefas propostas para o ensino de Educação Sexual, uma matéria transversal, isto é, que pode ser dada por qualquer professor e em qualquer disciplina entre o 1.º e os 12.º anos de escolaridade. Em Outubro de 2000, os Ministérios da Educação e da Saúde produziram umas «linhas orientadoras da Educação Sexual em Meio Escolar» que passaram a estar em vigor. Foram feitos manuais e sugeridos textos para ajudar os professores, mas nunca foi feita qualquer avaliação. Neste momento, ninguém sabe como foi dada, por quem e a quantos alunos chegou esta informação. Muito menos se apurou a eficácia deste tipo de conteúdos.

Para Manuela Calheiros, psicóloga e professora universitária, «o exercício proposto é ridículo». Mas esse não é o maior problema deste projecto educativo. Com efeito, por não ser «testado, por não ser feita formação de professores e avaliados os resultados», há aqui «uma falha gravíssima», tanto mais que ninguém sabe «quem é responsável» pelas eventuais falhas cometidas. Manuela Calheiros vai mais longe: «não há contexto emocional» em todos os conteúdos programáticos sobre sexualidade, tal como ausentes estão «as famílias, o próprio envolvimento cultural e, mais grave, a possibilidade de qualquer pessoa dizer ‘não’». Para a psicóloga, mais importante do que enumerar e enunciar os actos sexuais - sejam eles quais forem - «é formar os alunos para sentimentos positivos e negativos» e, nesse processo, «aprender a conhecer-se e reconhecer que pode recusar situações ou atitudes que não aceite».

Outra proposta de trabalho apresentada nos manuais de apoio aos professores, tendo como destinatários crianças de 10 e 11 anos, consiste em pôr os alunos a colorir uma figura (masculina ou feminina), para depois assinalarem «as partes do corpo que elas gostam, ou não, que sejam tocadas. Estes desenhos podem ser recolhidos de forma a constituírem informação para o professor». Outra sugestão passa por pedir aos alunos que façam «uma lista com todas as manifestações sexuais que venham à ideia, colocando à frente de cada um o tipo de



Um teatro sugerido para o 2.º e 3.º ciclos: 5 alunos «fazem» uma viagem de avião e chegam a uma terra onde a maioria da população é homossexual. Improvisam-se diálogos entre viajantes e população e o debate deve ser orientado para questões como: um comportamento é saudável ou normal porque é maioritário? Outro exercício, para o 1.º ciclo, é falar sobre os diversos tipos de família a partir deste desenho



Esta ficha, integrada num livro espanhol sugerido pelo Ministério da Educação, pretende introduzir nas salas de aula do 1.º ciclo a questão da masturbação. O professor deve perguntar: o que está o rapaz a tocar (o mesmo para a rapariga)? Já fizeste isso? Onde o fazes? Com quem o fazes?

sensações presentes». Como exemplos sugeridos aos professores são elencados: **«manipulação dos órgãos genitais, beijos entre namorados, relação sexual».**

Pais fora de jogo?

O conteúdo desta «disciplina» está longe de ser consensual. Uma professora do 3.º ciclo recusou-se mesmo a seguir os manuais propostos, mas foi advertida pela direcção da escola **«de que não podia fazer objecção de consciência»** e corre o risco de ser punida disciplinarmente se não acatar a ordem.

Claudia Muller, mãe de várias crianças, decidiu ir assistir a uma sessão de esclarecimento para alunos, promovida pela Associação de Planeamento da Família na escola dos seus filhos. Destinada a crianças entre os 9 e os 12 anos, a apresentação esclarecia questões tão diversas como **«para onde vai o esperma»** ou **«o que é o sexo oral»**, finalizando com a médica de um centro de saúde da região de Mafra a dar os seus contactos telefónicos às crianças que quisessem esclarecer outras dúvidas. **«É um desprezo total pelos pais, que a toda a hora são chamados à escola. Menos sobre a educação sexual dada aos seus filhos»**, conclui esta mãe, que se confessa **«chocada pela total exclusão dos encarregados de educação».**



Por seu lado, Albino Almeida, presidente da Confederação das Associações de Pais (Confap), é pessoalmente adepto da educação sexual nas escolas. Mas admite que a actual orientação tem **«lacunas e alguns temas estão desadaptados»** às faixas etárias a que se destinam. Os vários tipos de família apresentados, por exemplo, **«deviam surgir como vários tipos de união».**

Este desenho - destinado ao 1.º ciclo - visa pôr os alunos a falar das diferenças entre rapaz/rapariga, homem/mulher, rapaz/homem e rapariga/mulher. «Recorta as figuras e coloca-as na casa de banho», sugere este manual espanhol, recomendado pelo Ministério da Educação

«Pares homossexuais não se enquadram no meu conceito de família», sublinha Albino Almeida. **«Nem está enquadrada na lei»**, acrescenta Manuela Calheiros.

Paula Vilarica, pedopsiquiatra do Hospital Dona Estefânia, considera mesmo a desadequação etária um dos problemas mais graves deste programa. Além disso, os conteúdos apresentados **«não são esclarecedores»** e podem mesmo **«ser perturbadores, agressivos e até traumáticos para alguns alunos».**

Defendendo uma estratégia mais informativa para estas aulas, a médica rejeita este projecto nos termos em que está apresentado, por o considerar **«um atentado à fantasia e à inocência».**

Albino Almeida sustenta esta ideia ao referir que a maior lacuna do projecto **«é a não inclusão das doenças sexualmente transmissíveis».** Em vez de informar, **«o programa diverte-se com conteúdos desfasados, esquecendo as doenças que são parte fulcral em matéria de sexualidade»**, conclui.

A APF - que subscreve as linhas orientadoras e assinou um protocolo com o Ministério da Educação para promover a Educação Sexual nas escolas - garante, no seu relatório anual, que **«muitas escolas estão já envolvidas»** e **«em todo o território nacional».** **«Mas estamos longe de poder afirmar que todas ou a maior parte das crianças e jovens têm acesso a actividades de educação sexual»**, dizem, reclamando a publicação de legislação que obrigue, efectivamente, as escolas a cumprir este programa.

Monica Contreras e Rosa Pedroso Lima com Susana Branco